



Safran

Tradição Secular de Segurança

Safran Seguros Gerais S.A.

CNPJ 06.109.373/0001-81

**Demonstrações Contábeis
Referente ao Período Findo
em 30 de Junho de 2018**

Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA SAFRA SEGUROS GERAIS S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	2
BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	8
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	8
4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	12
5. APLICAÇÕES - ATIVOS FINANCEIROS	12
6. OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	13
7. TABELA DE DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS.....	17
8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	18
9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	19
10. TRIBUTOS	19
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	19
12. GESTÃO DE RISCOS	20
13. EXIGÊNCIA DE CAPITAL.....	22
14. PARTES RELACIONADAS.....	22
15. COMITÊ DE AUDITORIA	22

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	23
--	-----------

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis da Safra Seguros Gerais S.A. relativas ao período findo em 30 de junho de 2018, bem como Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

CONJUNTURA ECONÔMICA

A recuperação da economia brasileira seguiu de maneira gradual ao longo do primeiro semestre de 2018. Adicionalmente, a paralisação no setor de transportes em virtude da greve dos caminhoneiros em maio gerou uma queda momentânea da atividade econômica no período em questão. Adicionalmente, a retomada do mercado de trabalho seguiu em ritmo mais lento, pois o nível de ocupação parou de crescer. Contudo, a taxa de desemprego ficou praticamente estável, 12,4% em maio (na série dessazonalizada), pois houve queda na taxa de participação no mercado de trabalho. Ainda assim, o consumo das famílias cresceu 0,5% e o investimento avançou 0,6% no primeiro trimestre de 2018.

A inflação seguiu em patamar bastante reduzido, embora tenha sofrido impacto temporário dos problemas de abastecimento gerados pela greve dos caminhoneiros. Dessa maneira, a inflação acumulada em doze meses passou de 2,85% em maio para 4,39% em junho. Contudo, os efeitos da greve sobre os preços já mostram reversão. Neste cenário de atividade econômica recuperando-se em ritmo gradual e inflação reduzida, o Banco Central (BC) manteve a taxa básica Selic em 6,50% no período.

DESEMPENHO

A Safra Seguros Gerais S.A. encerrou o primeiro semestre de 2018 com patrimônio líquido de R\$ 71 milhões e lucro líquido de R\$ 5 milhões. Os ativos totais totalizaram R\$ 304 milhões, representados basicamente por aplicações em títulos e valores mobiliários vinculados a garantia de provisões técnicas e crédito de operações com seguradoras e resseguradoras. Os prêmios emitidos líquidos totalizaram R\$ 37 milhões no primeiro semestre de 2018. O índice de sinistralidade foi de 16,2% no primeiro semestre de 2018.

Aprovado pela Diretoria

São Paulo, 26 de julho de 2018.

SAFRA SEGUROS GERAIS S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM MILHARES DE REAIS

ATIVO	NOTAS	30.06.2018	31.12.2017
CIRCULANTE		257.191	265.302
Disponibilidades	4	584	1.629
Aplicações	3(b) e 5(a-I)	220.563	214.309
Créditos das operações com seguros e resseguros	3(f)	15.522	25.064
Prêmios a receber	6(a-I)	14.252	24.050
Operações com seguradoras	6(a-II)	26	413
Operações com resseguradoras	6(a-II)	1.244	601
Outros créditos operacionais		82	472
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	3(g) e 6(b)	14.070	15.808
Títulos e créditos a receber	3(i)	271	92
Créditos tributários e tributos a compensar		113	89
Outros créditos		158	3
Custos de aquisição diferidos - Seguros	3(h) e 6(c)	6.099	7.928
NÃO CIRCULANTE		47.160	40.606
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		46.579	40.118
Créditos das operações com seguros - Prêmios a receber	6(a-I)	7.600	6.237
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	3(g) e 6(b)	10.701	11.236
Títulos e créditos a receber	3(i)	25.268	19.685
Depósitos judiciais e fiscais		912	912
Créditos tributários e tributos a compensar	10(b)	24.356	18.773
Custos de aquisição diferidos - Seguros	3(h) e 6(c)	3.010	2.960
INVESTIMENTOS - Participações societárias	3(j)	169	160
IMOBILIZADO	3(k)	216	171
INTANGÍVEL	3(l)	196	157
TOTAL DO ATIVO		304.351	305.908

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SAFRA SEGUROS GERAIS S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM MILHARES DE REAIS

PASSIVO	NOTAS	30.06.2018	31.12.2017
CIRCULANTE		145.155	160.195
Contas a pagar		7.103	16.055
Obrigações a pagar		574	1.805
Impostos e encargos sociais a recolher		1.219	1.639
Encargos trabalhistas		726	503
Impostos e contribuições	10(c)	4.584	12.108
Débitos das operações com seguros e resseguros	3(f)	14.701	21.120
Operações com seguradoras	6(f)	891	1.304
Operações com resseguradoras	6(f)	8.661	11.946
Corretores de seguros e resseguros		4.761	7.339
Outros débitos operacionais		388	531
Depósitos de terceiros		3	43
Provisões técnicas - Seguros	3(n) e 6(d)	123.348	122.977
Danos		49.115	56.706
Pessoas		74.233	66.271
NÃO CIRCULANTE - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		88.474	78.131
Provisões técnicas - Seguros - Danos	3(n) e 6(d)	23.020	23.316
Outros débitos - Contingências	3(p) e 9(b)	65.454	54.815
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	70.722	67.582
Capital social		37.200	37.200
Reservas de lucros		33.522	30.382
TOTAL DO PASSIVO		304.351	305.908

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SAFRA SEGUROS GERAIS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
EM MILHARES DE REAIS

	NOTAS	2018	2017
OPERAÇÕES DE SEGUROS		24.513	23.776
PRÊMIOS GANHOS	6(g-I)	44.197	46.038
Prêmios emitidos líquidos	6(a-I(3)) e 12(d-II)	37.431	47.420
Variações das provisões técnicas de prêmios	6(d-II)	6.766	(1.382)
SINISTROS OCORRIDOS	6(d-II) e (g-I)	(7.143)	(13.678)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	3(h) e 6(c-II) e (g-I)	(6.503)	(6.656)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	6(g-III)	191	526
Outras receitas operacionais		1.873	1.363
Outras despesas operacionais		(1.682)	(837)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO	6(g-II)	(6.229)	(2.454)
Receitas - Variação das provisões técnicas de sinistros	6(b-II)	(237)	614
Despesas		(5.992)	(3.068)
Prêmios emitidos líquidos a repassar		(3.856)	(6.301)
Variação das provisões técnicas de prêmios a repassar	6(b-II)	(1.360)	3.113
Outros resultados com resseguro		(776)	120
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	8	(19.818)	(21.852)
DESPESAS COM TRIBUTOS	10(a-II)	(2.877)	(3.506)
RESULTADO FINANCEIRO	5(c)	5.772	8.157
Receitas financeiras		8.585	12.153
Despesas financeiras		(2.813)	(3.996)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		7.590	6.575
IMPOSTO DE RENDA	10(a-I)	(1.009)	(1.691)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	10(a-I)	(1.557)	(2.130)
LUCRO LÍQUIDO E RESULTADO ABRANGENTE		5.024	2.754
RESULTADO POR AÇÕES (QUANTIDADE DE AÇÕES - 26.097.860) - R\$		0,19	0,11

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SAFRA SEGUROS GERAIS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO - NOTA 11
EM MILHARES DE REAIS

	Capital social	Reservas de Lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2017	37.200	24.386	-	61.586
Resultado líquido do período	-	-	2.754	2.754
Destinação:				
Reserva legal	-	138	(138)	-
Reserva especial	-	2.616	(2.616)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	37.200	27.140	-	64.340
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2018	37.200	30.382	-	67.582
Resultado líquido do período	-	-	5.024	5.024
Destinação:				
Reserva legal	-	251	(251)	-
Reserva especial	-	2.889	(2.889)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(1.884)	(1.884)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	37.200	33.522	-	70.722

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SAFRA SEGUROS GERAIS S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
EM MILHARES DE REAIS

	Notas	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DOS PERÍODOS			
Lucro líquido dos períodos		5.024	2.754
Ajustes ao lucro líquido:			
Depreciações e amortizações		-	2
Provisões para contingências		14.511	15.680
Cíveis, trabalhistas e outras	9(b)	13.980	15.106
Fiscais, previdenciárias e obrigações legais	9(b)	531	574
Provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	10(a-I)	2.566	3.821
Impostos pagos		(19.702)	(14.431)
Corrente		(15.829)	(14.431)
Contingências fiscais e previdenciárias		(3.873)	-
VARIAÇÕES DOS ATIVOS E OBRIGAÇÕES			
Aplicações - Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Vinculados a garantia de provisões técnicas de seguros		(6.419)	(9.877)
Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros (Ativas e Passivas)		1.759	(346)
Outros créditos operacionais		390	390
Provisões técnicas		2.349	4.417
Ativos de resseguros e retrocessão - Provisões técnicas		2.272	(914)
Provisões técnicas - Seguros (Passivas)		77	5.331
Títulos e créditos a receber, custos de aquisição diferidos e despesas antecipadas		1.599	392
Contas a pagar, depósitos de terceiros e outros débitos		(1.311)	76
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		766	2.878
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(Aquisição)/Alienação de investimentos		(10)	6
(Aquisição)/Alienação de imobilizado de uso		(44)	17
Aplicação no intangível		(38)	(23)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
		(92)	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Juros sobre capital próprio pagos		(1.884)	-
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(1.210)	2.878
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos	4	66.028	57.775
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos	4	64.818	60.653
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(1.210)	2.878

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DIRETORIA

**SILVIO APARECIDO
DE CARVALHO**

**PAULO SÉRGIO
CAVALHEIRO**

**EDUARDO
SOSA FILHO**

**JOÃO CARLOS
CARDOSO BOTELHO**

JOSÉ MANUEL DA COSTA GOMES
Contador - CRC nº 1SP219892/O-0

HELIO EDUARDO MARTINEZ PAVÃO
Atuário Responsável Técnico - MIBA 612

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017. (EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Safra Seguros Gerais S.A. ("Companhia e/ou Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros de ramos elementares, e participa do Convênio de Operações do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, atuando em todas as regiões do Brasil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Safra Seguros Gerais S.A., aprovadas pela Diretoria em 26.07.2018, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SAs) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); além dos respectivos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela SUSEP, desde que não contrariem normas contábeis dispostas pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores. Declaramos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A SUSEP recepcionou o Pronunciamento Contábil 47 – Receitas de Contratos com clientes, com vigência em 1º de Janeiro de 2018. Não houve alterações nas práticas contábeis, visto que, embora existam serviços fornecidos junto à cobertura da apólice, o valor não é material em relação ao prêmio.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente para todos os períodos comparativos apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Fluxo de Caixa

I - Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e aplicações com prazo total de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

II - Demonstração do fluxo de caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela Companhia como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento, sendo que:

- Atividades operacionais são as principais atividades geradoras de receita da Companhia e outras atividades que não são de investimento e tampouco de financiamento;
- Atividades de investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa, tais como as aplicações em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento; e
- Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da Companhia.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos.

b) Aplicações

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da administração em três categorias específicas: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados em contrapartida a uma conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de uma conta específica do patrimônio líquido; e

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

c) Mensuração ao valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A Companhia classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. Dentro desta hierarquia, o valor justo dos instrumentos classificados como níveis 1 e 2, são mensurados através de dados observáveis de mercado. Para instrumentos classificados como nível 3, temos que usar uma quantidade significativa do nosso próprio julgamento para chegar a mensurações do valor justo de mercado.

d) Ativos e passivos com liquidez diária e sem prazo de vencimento definido

Os ativos e passivos com liquidez diária e sem prazo de vencimento definido são contabilizados como Ativo Circulante e Passivo Circulante, respectivamente.

e) Classificação de contratos de seguro e investimento

Um contrato em que se aceita um risco de seguro significativo da contraparte, compensando o segurado se um acontecimento futuro incerto específico afetá-lo adversamente, é classificado como um contrato de seguro. Um contrato que transfere risco financeiro será contabilizado como contrato de seguro quando houver risco de seguro significativo. Também devem ser tratados como contrato de seguro os instrumentos financeiros emitidos com características de participação discricionária.

Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo. Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

f) Créditos / débitos das operações com seguros e resseguros

I - Créditos

Prêmios a receber: referem-se aos recursos financeiros a ingressar como recebimento dos prêmios relativos aos seguros, registrados na data das emissões das apólices.

Operações com seguradoras/resseguradoras: referem-se, basicamente, aos valores a receber de sinistros das operações de cosseguro e resseguro.

II - Débitos

Operações com seguradoras/resseguradoras: referem-se à parcela dos prêmios a ser repassada às seguradoras/resseguradoras, em virtude das operações cosseguradas/resseguradas. São registradas na data da emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados.

Corretores de seguros: referem-se às comissões devidas aos corretores. São registradas na data da emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados.

III - Risco de crédito

É efetuada redução ao valor recuperável sobre os créditos de prêmios a receber quando houver atraso superior a 60 dias, sobre o valor total do prêmio a que se refere, conforme critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015.

As reduções ao valor recuperável sobre os créditos mencionados são registrados concomitantemente à redução ao valor realizável do passivo correspondente aos prêmios a serem repassados às seguradoras/resseguradoras, visto que se não há mais expectativa de recebimento do prêmio, logo não haverá também expectativa de repasse destes valores.

Adicionalmente, é efetuada redução ao valor recuperável quando houver atraso superior a 60 dias para créditos de operações com seguradoras e superior a 180 dias para créditos de operações com resseguradoras, calculada sobre o valor total do crédito a que se refere, conforme critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015.

g) Ativos de resseguro – provisões técnicas

Compreendem as provisões técnicas referentes às operações de resseguro.

As operações de resseguro são efetuadas no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato não exige as obrigações para com os segurados.

h) Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e outros, são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e reconhecidas proporcionalmente ao montante das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

i) Títulos e créditos a receber

Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. A provisão para riscos sobre créditos, quando aplicável, é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, e leva em conta a experiência passada e os atrasos verificados nos créditos a receber de um mesmo devedor no mesmo ramo.

j) Investimentos

São mantidos ao valor de custo, ajustados por redução ao valor recuperável ("impairment").

k) Imobilizado

Corresponde aos itens tangíveis decorrentes da participação no Consórcio DPVAT, contabilizados pela Seguradora Líder.

l) Intangível

Corresponde a ativos não monetários e sem substância física, e que são identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros. Os intangíveis estão representados substancialmente por software e gastos com desenvolvimento de sistemas, são registrados ao custo e amortizados utilizando-se o método linear pelo prazo de vida útil estimada, ajustados por redução ao valor recuperável ("impairment").

m) Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros – ("impairment") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. O valor recuperável corresponde ao maior montante entre o valor justo líquido de despesa de venda e o valor em uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados à taxa adequada).

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

A Companhia não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 30.06.2018 e 31.12.2017.

n) Provisões técnicas de seguros

As provisões técnicas de seguros são calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais, conforme disposto pela SUSEP e segundo critérios estabelecidos pela Resolução CNSP nº 321/2015, Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores.

I - Seguros

- Provisão de prêmios não ganhos (PPNG): constituída para cobertura de sinistros e despesas a ocorrer referentes aos riscos assumidos na data de cálculo, independentemente de sua emissão, correspondente ao período de vigência a decorrer. É calculada com base no prêmio comercial, bruto de resseguro e líquido de cosseguro cedido, contemplando também a estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE). Entre a emissão e o início de vigência do risco, considera-se o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco. Após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada *pro rata die*. A PPNG referente às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas do ressegurador;
- Provisão de sinistros a liquidar (PSL): constituída com base em estimativa de pagamento de indenizações, conforme avisos de sinistros recebidos até a data-base, e atualizada monetariamente de acordo com normas da Susep;
- Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR): constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base. Para os ramos dos seguros compreensivos e secundários, o cálculo da provisão é feito por processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da Seguradora para projetar o valor dos sinistros já ocorridos mas ainda não reportados à Seguradora. Para os demais ramos de seguros, caracterizados por não possuírem dados suficientes para aplicação de metodologia estatística-atuarial, a seguradora apura o valor da provisão com base em fatores médios de mercado. A partir de Dez/17, a Circular SUSEP nº 517/2015 deixou de estabelecer percentuais padronizados (NR); e
- Provisão de despesas relacionadas (PDR): constituída para cobertura dos valores esperados de despesas relacionadas aos sinistros ocorridos (avisados ou não). O cálculo da provisão é feito por processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da Seguradora para projetar o valor das despesas a serem pagas.

II - Provisão complementar de cobertura – PCC

A provisão será constituída quando for constatada insuficiência relacionada às provisões técnicas PPNG, PMBAC e PMBC, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP).

III - Teste de Adequação de Passivos – TAP

O teste tem por objetivo avaliar se os passivos decorrentes dos contratos de seguro (exceto DPVAT, DPEM e Seguro Habitacional do SFH) e de previdência complementar aberta estão adequados, através da confrontação do valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Referido teste é realizado trimestralmente, de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015, que exige a apuração com frequência mínima semestral, e premissas mínimas determinadas pelos atuários internos da Companhia.

O resultado do TAP é a diferença entre i) o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e ii) a soma do saldo contábil na data-base de todas as provisões técnicas, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Para a realização do teste, os fluxos são agrupados respeitando a segregação definida pela Circular SUSEP nº 517/15, com base nas similaridades dos riscos. A compensação dos resultados (déficit ou superávit) entre os seis macro fluxos definidos na regulamentação é vedada, sendo aplicada a compensação entre os resultados parciais.

A insuficiência detectada nas provisões PPNG, PMBC e PMBAC será registrada como uma despesa no resultado do exercício, por meio da constituição da PCC (conforme item anterior). Já os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas são efetuados nas próprias provisões.

o) Apuração de resultado de seguros e resseguros

Os prêmios de seguros deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e os respectivos custos de comercialização são registrados por ocasião da emissão das respectivas apólices ou faturas ou pela vigência do risco, conforme estabelece a Circular SUSEP nº 517/2015, e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição.

Prêmios de resseguros cedidos são diferidos e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de cobertura, por meio de registro nos ativos de resseguro – provisões técnicas.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

p) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela SUSEP, da seguinte forma:

I - Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o ativo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido.

II - Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão.

Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente. Também se caracterizam como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos, apenas divulgados, a menos que a saída de recursos para liquidar uma obrigação presente seja remota.

As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação.

III - Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor.

q) Benefícios a empregados

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para o Instituto de Seguridade Social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários.

A participação nos lucros é reconhecida como uma provisão para pagamento e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica "Despesas de pessoal" na demonstração consolidada do resultado) com base em cálculo que considera o lucro após certos ajustes. A Safra Seguros Gerais reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

A Safra Seguros Gerais não possui benefícios de longo prazo à rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria, como assistência médica. Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria.

Adicionalmente, a Safra Seguros Gerais não possui remuneração baseada em ações para o seu pessoal chave e empregados.

r) Tributos

A seguir, seguem demonstrados os principais tributos e respectivas alíquotas aplicadas. Para efeito das respectivas bases de cálculo, é observada a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social ⁽¹⁾	15,00% - 20,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%

⁽¹⁾ A Lei nº 13.169, de 06.10.2015, alterou temporariamente a alíquota de Contribuição Social aplicável às instituições financeiras e assemelhadas, de 15% para 20% no período compreendido entre 01.09.2015 a 31.12.2018. A partir de 01.01.2019, a alíquota aplicável volta a ser de 15%. Como resultado da majoração temporária da alíquota de contribuição social, os impostos correntes foram calculados às alíquotas de 15% até 31.08.2015 e 20% a partir de setembro de 2015. A Safra Seguros Gerais não reconheceu o efeito do aumento de 5% da alíquota sobre a constituição de seu crédito tributário – Nota 10(b), dada a conjuntura macroeconômica atual, que trouxe incertezas quanto à efetiva realização líquida no período de vigência da referida majoração.

Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações financeiras.

Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem principalmente das provisões para prêmios a receber, das provisões para contingências cíveis, e da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015, são atendidos.

Os tributos relacionados com ajustes ao valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em contrapartida com o respectivo ajuste no patrimônio líquido e subsequentemente são reconhecidos no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros.

s) Uso de estimativas contábeis críticas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes, (ii) provisões técnicas de seguros e resseguros e teste de adequação do passivo, (iii) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros, (iv) as taxas de depreciação de itens do ativo imobilizado, (v) amortizações de ativos intangíveis e (vi) créditos tributários. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	30.06.2018	31.12.2017
Disponibilidades	584	1.629
Cotas de fundo de investimento exclusivo – Nota 5(a-I)	64.234	64.399
Total	64.818	66.028

5. APLICAÇÕES - ATIVOS FINANCEIROS

a) Carteira

I. Composição

	30.06.2018		31.12.2017	
	Valor Justo - Sem vencimento ⁽²⁾	%	Valor Justo - Sem vencimento ⁽²⁾	%
Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Nota 5(a-III)	220.563	100,00%	214.309	100,00%
Cotas de fundos de investimentos – Livres ⁽¹⁾	64.234	29,12%	64.399	30,05%
Recursos garantidores de reservas técnicas – Nota (e)	156.329	70,88%	149.910	69,95%
Cotas de fundos de investimentos – Seguros ⁽¹⁾	82.038	37,20%	83.551	38,99%
Cotas de fundos de investimentos – DPVAT	74.291	33,68%	66.359	30,96%

⁽¹⁾ Referem-se a cotas de fundo de investimento exclusivo administrados pelas empresas do Grupo Safra (Parte Relacionada) – Nota 14(b). A carteira dos fundos de investimentos livres está composta substancialmente por operações compromissadas com lastro em títulos públicos e a carteira dos fundos vinculados à garantia está composta substancialmente por títulos públicos.

⁽²⁾ Não houve ganhos e/ou perdas não realizados durante os períodos findos em 30.06.2018 e 31.12.2017. Desta forma, o saldo referente a valor justo é igual ao saldo do custo contábil.

II. Movimentação das aplicações

Cotas de fundos de investimentos	01.01 a 30.06.2018			
	Livres	Recursos garantidores de reserva técnica		Total
		Seguros	DPVAT	
Saldo no início do período	64.399	83.551	66.359	214.309
Aquisição no período/(Resgate)	(2.140)	(4.100)	5.788	(452)
Resultado - Receita de juros – Nota 5(c)	1.975	2.587	2.144	6.706
Saldo no final do período	64.234	82.038	74.291	220.563

III. Hierarquia do valor justo

	30.06.2018	31.12.2017
	Nível 1	Nível 1
Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado - Nota 5(a-I)	220.563	214.309
Cotas de fundos de investimentos exclusivos - Livres	64.234	64.399
Recursos garantidores e reservas técnicas	156.329	149.910

Em 30.06.2018 e 31.12.2017 não havia títulos e valores mobiliários classificados em Níveis 2 e 3.

Nível 1 - preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento, sem modificação (SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia, B3 e ANBIMA - Associação Brasileira dos Mercados Financeiros de Capitais).

Nível 2 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os inputs significativos são baseados nos dados de mercados observáveis (SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia, B3, Mercadorias e Futuros de São Paulo e ANBIMA - Associação Brasileira dos Mercados Financeiros e de Capitais).

Nível 3 - técnicas de avaliação, para as quais qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

b) Instrumentos financeiros derivativos

Durante os períodos findos em 30.06.2018 e 31.12.2017, a Companhia não detinha operações próprias de instrumentos financeiros derivativos.

c) Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas Financeiras	8.585	12.153
Receitas com títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos	6.863	10.159
Mensurados ao valor justo por meio do resultado – Nota 5(a-II)	6.706	10.152
Livres e cobertura excedente	2.725	4.225
Vinculados a garantia	3.981	5.927
Próprio	1.837	2.410
DPVAT	2.144	3.517
Outras	157	7
Receitas financeiras com operações de seguros	1.642	1.884
Juros sobre recebimento de prêmios - Nota 6(a-I(3))	1.467	1.620
Cosseguros cedidos - Nota 6(d-II)	12	6
Resseguros cedidos - Nota 6(b-II)	163	258
Outras	80	110
Despesas Financeiras	(2.813)	(3.996)
Operações de seguros	(2.794)	(3.914)
Atualização monetária - PSL - Nota 6(d-II)	(2.794)	(3.914)
DPVAT	(2.154)	(3.526)
Provisão de sinistros a liquidar – Nota 6(d-II)	(640)	(388)
Outras	(19)	(82)
Resultado financeiro líquido	5.772	8.157

6. OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a) Créditos das operações com seguros e resseguros

I - Prêmios a receber

1) Composição dos saldos

	30.06.2018				31.12.2017		
	Prêmios a receber	Riscos vigentes e não emitidos	Risco de crédito - Nota 6 (a-III)	TOTAL	Prazo médio de parcelamento (mês)	TOTAL	Prazo médio de parcelamento (mês)
Compreensivo	8.213	951	(872)	8.292	4	13.082	7
Garantia	8.660	-	-	8.660	1	11.706	1
Riscos diversos	3.171	60	(13)	3.218	5	1.932	13
Responsabilidade civil	611	70	(58)	623	4	920	5
Outros	836	223	-	1.059	5	2.647	5
Total em 30.06.2018	21.491	1.304	(943)	21.852		30.287	
Total em 31.12.2017	28.543	2.755	(1.011)	30.287			

2) Parcelas por vencimento – Prêmios a receber

CURSO	30.06.2018			31.12.2017
	ANORMAL ⁽¹⁾	NORMAL ⁽²⁾	TOTAL	TOTAL
Parcelas Vencidas:	504	944	1.448	1.847
De 01 a 30 dias	-	696	696	1.316
De 31 a 60 dias	-	248	248	357
De 61 a 120 dias	502	-	502	174
De 121 a 180 dias	2	-	2	-
Parcelas Vincendas:	439	19.604	20.043	26.696
De 01 a 30 dias	-	3.665	3.665	7.460
De 31 a 60 dias	-	1.684	1.684	3.232
De 61 a 120 dias	438	2.504	2.942	4.213
De 121 a 180 dias	1	2.240	2.241	2.507
De 181 a 365 dias	-	1.911	1.911	3.047
Acima de 365 dias	-	7.600	7.600	6.237
TOTAL em 30.06.2018	943	20.548	21.491	28.543
TOTAL em 31.12.2017	1.011	27.532	28.543	

⁽¹⁾ Apólices que apresentam parcelas vencidas há mais de 60 dias integralmente provisionadas.⁽²⁾ Apólices sem atraso e/ou com parcelas vencidas até 60 dias.

3) Por movimentação no período

	01.01 a 30.06.2018	01.01 a 30.06.2017
Saldo no início do período	30.287	19.309
(+) Prêmios emitidos e riscos vigentes e não emitidos ⁽¹⁾	24.799	32.245
(-) Recebimentos	(34.768)	(36.184)
(-) Variação de risco de crédito – Nota 6(a-III)	67	1.121
(+) Juros sobre recebimento de prêmios - Nota 5(c)	1.467	1.620
Saldo no final do período	21.852	18.111

⁽¹⁾ Totalizam R\$ 37.431 (R\$ 47.420 em 2017) quando incluídos o repasse de prêmio de cosseguro no montante de R\$ (1) (R\$ (4) em 2017) e o DPVAT emitido e recebido no período no montante de R\$ 12.631 (R\$ 15.171 em 2017).

II - Operações com seguradoras e resseguradoras

	Seguradoras		Resseguradoras	
	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018	31.12.2017
Sinistros a recuperar	60	234	3.074	2.827
Comissão de cosseguro cedido	-	236	-	-
Outros créditos	-	-	781	277
Risco de crédito – Nota 6(a-III)	(34)	(57)	(2.611)	(2.503)
Total	26	413	1.244	601

III - Movimentação do risco de crédito das operações com seguros e resseguros – Nota 3(f-III)

	01.01. a 30.06.2018				TOTAL - Nota 6(g-III)
	Prêmios a receber ⁽¹⁾	Operações com Seguradoras ⁽²⁾	Operações com Resseguradoras ⁽²⁾	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros ⁽³⁾	
Saldo no início do período	(1.010)	(57)	(2.503)	460	(3.110)
Constituição/(Reversão)	67	23	(108)	(129)	(147)
Saldo no final do período	(943)	(34)	(2.611)	331	(3.257)

⁽¹⁾ Nota 6(a-I(1)e(3)). ⁽²⁾ Nota 6(a-II). ⁽³⁾ Inclui repasses de prêmios/comissões a corretores, seguradoras e resseguradoras e IOF sobre prêmios não pagos.

b) Ativos de resseguros – provisões técnicas

I - Composição dos saldos

	30.06.2018				31.12.2017	
	SINISTROS					
	PPNG ⁽¹⁾	PSL ⁽²⁾	IBNR e PDR	SUBTOTAL	TOTAL	TOTAL
Aeronáutico	-	1.526	84	1.610	1.610	1.584
Compreensivo	1.665	399	95	494	2.159	3.737
Garantia	17.018	-	306	306	17.324	17.858
Riscos diversos	103	1	4	5	108	106
Responsabilidade civil	83	1.949	116	2.065	2.148	2.320
Outros	275	-	1.147	1.147	1.422	1.439
Total em 30.06.2018 – Nota 6(e)	19.144	3.875	1.752	5.627	24.771	27.044
Total em 31.12.2017 – Nota 6(e)	20.504	4.715	1.825	6.540	27.044	

⁽¹⁾ Inclui o montante de R\$ 1.467 (R\$ 2.002 em 31.12.2017) referente a prêmios de resseguro não proporcional. ⁽²⁾ Inclui 21 (21 em 31.12.2017) casos de sinistros judiciais no montante de R\$ 2.152 (R\$ 3.453 em 31.12.2017).

II - Movimentação dos ativos de resseguro no período

	01.01 a 30.06.2018		
	PPNG	PSL, IBNR e PDR	TOTAL
Saldo no início do período	20.504	6.540	27.044
Varição das provisões técnicas	(1.360)	(237)	(1.597)
Recuperações	-	(839)	(839)
Atualização monetária – Nota 5(c)	-	163	163
Saldo no final do período - Nota 6(e)	19.144	5.627	24.771

c) Custos de aquisição diferidos

I - Composição dos saldos

	30.06.2018		31.12.2017	
	Custos de aquisição diferidos	Prazo médio de diferimento (mês)	Custos de aquisição diferidos	Prazo médio de diferimento (mês)
Compreensivo	3.347	12	4.855	12
Garantia	3.766	70	3.797	69
Riscos diversos	1037	19	733	19
Responsabilidade civil	251	12	364	12
Outros	708	12	1.139	12
Total	9.109		10.888	

II - Movimentação

	01.01 a 30.06.2018
Saldo no início do período	10.888
Comissões	4.724
Apropriação no resultado – Nota 6(g-I)	(6.503)
Saldo no final do período	9.109

d) Provisões técnicas – seguros

I - Composição dos saldos

	30.06.2018					31.12.2017	
	SINISTROS					TOTAL	TOTAL
	PPNG ⁽¹⁾	PSL ⁽²⁾	IBNR	PDR ⁽³⁾	SUBTOTAL		
Danos	57.216	11.998	2.028	893	14.919	72.135	80.022
Aeronáutico	-	1.546	-	96	1.642	1.642	1.605
Compreensivo	16.424	4.391	61	292	4.744	21.168	28.257
Garantia	30.718	-	581	37	618	31.336	31.473
Responsabilidade civil	1.243	2.894	11	177	3.082	4.325	5.159
Riscos diversos	5.221	3.167	254	209	3.630	8.851	6.955
Outros	3.610	-	1.121	82	1.203	4.813	6.573
Pessoas - DPVAT	804	9.240	64.189	-	73.429	74.233	66.271
Total em 30.06.2018	58.020	21.238	66.217	893	88.348	146.368	146.293
Danos	64.567	12.837	1.843	775	15.455	80.022	
Pessoas - DPVAT	370	9.741	56.160	-	65.901	66.271	
Total em 31.12.2017	64.937	22.578	58.003	775	81.356	146.293	

⁽¹⁾ Inclui outras provisões de prêmios no valor de R\$ 804 (R\$ 370 em 31.12.2017). ⁽²⁾ O ano de aviso dos sinistros está demonstrado na Nota 7. O montante de DPVAT judicial é R\$ 7.713 (R\$ 8.210 em 31.12.2017). O montante de sinistros de cosseguro aceito é R\$ 4.662 (R\$ 4.335 em 31.12.2017). ⁽³⁾ inclui PDR-IBNR no valor de R\$ 864 (R\$ 508 em 31.12.2017).

II - Movimentação

	01.01 a 30.06.2018					
	SINISTROS					
	PPNG	PSL, IBNR e PDR	PSL e PDR judicial	SUBTOTAL	DPVAT	TOTAL
Saldo no início do período	64.567	4.746	10.709	15.455	66.271	146.293
Sinistros Ocorridos – Nota 6(g-I)	-	847	(3.938)	(3.091)	10.234	7.143
Variação de provisões técnicas	(7.351)	-	-	-	585	(6.766)
Sinistros pagos/recuperados	-	(1.490)	3.405	1.915	(5.011)	(3.096)
Atualização monetária - Nota 5(c)	-	640	-	640	2.154	2.794
Saldo no final do período	57.216	4.743	10.176	14.919	74.233	146.368

III - Teste de adequação do passivo - TAP – Nota 3(n-III)

As premissas adotadas no cálculo do TAP consideram projeções atuariais de sinistralidade esperada e despesa administrativa. As estimativas correntes dos fluxos de caixa são descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP.

O cálculo do Teste de Adequação do Passivo – TAP, realizado em 30.06.2018, não resultou na constituição de provisão complementar de cobertura.

e) Garantias das provisões técnicas

	30.06.2018	31.12.2017
Total de provisões técnicas a serem garantidas	130.868	127.607
Provisões técnicas - Nota 13	56.635	61.336
Provisões técnicas de seguros – Nota 6(d-I)	72.135	80.022
Ativos de resseguro – provisões técnicas ⁽¹⁾ – Nota 6(b-II)	(5.627)	(6.540)
Direitos creditórios sobre prêmios de seguros	(9.873)	(12.146)
Provisões técnicas - DPVAT - Nota 6(d-I)	74.233	66.271
Ativos garantidores das provisões técnicas - Nota 5(a)	156.329	149.910
Cotas de fundos de investimentos – Exclusivos	82.038	83.551
Tesouro Nacional – Letras do Tesouro Nacional	81.602	82.934
Outros	436	617
Cotas de fundos de investimentos – DPVAT	74.291	66.359
Cobertura Excedente ⁽²⁾	25.461	22.303

⁽¹⁾ Não inclui PPNG no valor de R\$ 19.144 (R\$ 20.504 em 31.12.2017) – Nota 6(b). ⁽²⁾ Deste montante, R\$ 59 (R\$ 88 em 31.12.2017) referem-se às operações de DPVAT.

f) Débitos das operações com seguros e resseguros

	Seguradoras		Resseguradoras	
	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018	31.12.2017
Prêmios a repassar	708	944	8.728	12.171
Proporcional	708	944	7.434	10.877
Não proporcional	-	-	1.294	1.294
Risco de crédito – Nota 6(a-III)	-	-	(67)	(225)
Prêmios a liquidar	183	360	-	-
Total	891	1.304	8.661	11.946

g) Resultado com operações de seguros e resseguro

I - Prêmios ganhos, sinistros ocorridos e custos de aquisição

Ramos	Prêmios Ganhos		Sinistros Ocorridos		Custo de Aquisição Nota 6(c-II)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Danos	32.150	31.141	(171)	(914)	(6.351)	(6.477)
Aeronáutico		-	(38)	-	-	-
Compreensivo	18.324	22.992	(160)	(723)	(3.897)	(4.919)
Garantia	4.712	1.451	(114)	(103)	(566)	(147)
Riscos diversos	2.939	369	(139)	1	(593)	(83)
Responsabilidade civil	1.408	3.618	557	(6)	(298)	(770)
Outros	4.767	2.711	(277)	(83)	(997)	(558)
Ressarcimentos	-	-	3.262	-	-	-
Pessoas - DPVAT	12.047	14.897	(10.234)	(12.764)	(152)	(179)
Total	44.197	46.038	(7.143)	(13.678)	(6.503)	(6.656)

II - Resultado com operações de resseguros

Ramos	Receitas ⁽¹⁾		Despesas ⁽²⁾		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Danos	(237)	614	(5.227)	(3.068)	(5.464)	(2.454)
Aeronáutico	26	-	-	(3)	26	(3)
Compreensivo	(157)	494	(1.814)	(1.645)	(1.971)	(1.151)
Garantia	68	46	(2.921)	(1.083)	(2.853)	(1.037)
Riscos diversos	2	-	(51)	(26)	(49)	(26)
Responsabilidade civil	(257)	71	(108)	(195)	(365)	(124)
Outros	81	3	(333)	(116)	(252)	(113)
Ressarcimentos	-	-	(765)	-	(765)	-
Total	(237)	614	(5.992)	(3.068)	(6.229)	(2.454)

⁽¹⁾ Representado por recuperação de sinistros ocorridos, IBNR e PDR. ⁽²⁾ Representado por repasse de prêmios de resseguro, variações da PPNG de resseguro e resseguro não proporcional.

III - Outras receitas e despesas com operações de seguros

	2018	2017
Receitas	1.873	1.363
DPVAT	1.483	1.363
Outras receitas com operação de seguros	390	-
Despesas	(1.682)	(837)
DPVAT	(1.431)	(1.601)
(Provisão)/Reversão para risco de crédito – Nota 6(a-III)	(147)	769
Outras despesas com operações de seguros ⁽¹⁾	(104)	(5)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	191	526

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, a reversão de recuperação de prêmio de resseguro.

A provisão de sinistros a liquidar líquida de resseguro é composta da seguinte forma:

Provisão de Sinistros a Liquidar Bruta de Resseguro: R\$ 11.998

(-) Recuperação de Sinistros a Liquidar – Nota 6(b-I): R\$ 3.876

Provisão de Sinistros a Liquidar líquida de resseguro: R\$ 8.122

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Estimativas de Sinistros											
No ano do aviso	386	286	572	177	209	454	246	105	197	75	
Um ano após	306	278	464	144	198	410	160	90	153	-	
Dois anos após	188	294	450	151	235	408	168	91	-	-	
Três anos após	302	290	456	153	318	408	160	-	-	-	
Quatro anos após	302	297	443	154	307	408	-	-	-	-	
Cinco anos após	288	295	443	155	263	-	-	-	-	-	
Seis anos após	267	301	443	155	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após	267	286	238	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após	267	318	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após	358	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa em 30.06.2018	358	318	238	155	263	408	160	91	153	75	2.219
Pagamentos de Sinistros											
No ano do aviso	176	161	195	76	76	282	67	67	126	65	
Um ano após	219	279	223	142	97	408	139	80	140	-	
Dois anos após	219	291	226	142	97	408	149	80	-	-	
Três anos após	323	291	226	142	97	408	149	-	-	-	
Quatro anos após	324	292	238	142	252	408	-	-	-	-	
Cinco anos após	325	292	238	142	252	-	-	-	-	-	
Seis anos após	326	292	238	142	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após	326	292	238	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após	328	318	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após	329	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pagamentos em 30.06.2018	329	318	238	142	252	408	149	80	140	65	2.121
PSL em 30.06.2018	29	-	-	13	11	0	11	11	13	10	98
											Passivos de sinistros anteriores a 2009
											8.024
											Total do Passivo em 30.06.2018
											8.122
Diferenças entre Estimativa final e inicial	28	(32)	334	22	(54)	46	86	14	44	-	
Diferenças entre Estimativa final e inicial (%)	8%	-10%	140%	15%	-21%	11%	54%	15%	29%	0%	

8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Pessoal	(4.651)	(5.583)
Administrativas – DPVAT	(919)	(745)
Serviços de terceiros	(314)	(253)
Contingências cíveis, trabalhistas e outros - Nota 9(b)	(13.833)	(15.100)
Outras	(101)	(171)
Total	(19.818)	(21.852)

9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes

Não há ativos contingentes a serem divulgados.

b) Passivos Contingentes – Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Outros

Totalizam R\$ 65.454 (R\$ 54.815 em 31.12.2017) e estão representados, substancialmente, por contingência cível de operações de resseguros no montante de R\$ 52.652 (R\$ 38.833 em 31.12.2017) e contingências fiscais no montante de R\$ 12.513 (R\$ 15.855 em 31.12.2017).

O total de Recursos em Garantia está representado pelos Depósitos Judiciais no montante de R\$ 912 (R\$ 912 em 31.12.2017).

A movimentação das contingências fiscais está registrada em “Despesas com tributos” – Nota 10(a-II) e das demais contingências em “Despesas administrativas” – Nota 8.

O valor dos passivos contingentes classificados como perda possível relativo a ações cíveis, não reconhecido, é de R\$ 11 (R\$ 29 em 31.12.2017).

10. TRIBUTOS

a) Composição das despesas com impostos e contribuições

I – Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2018	2017
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	7.590	6.575
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes - Nota 3(r)	(3.416)	(2.959)
(Inclusões) Exclusões Permanentes	850	(862)
Juros sobre capital próprio	848	-
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	2	(862)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(2.566)	(3.821)

II – Despesas com tributos

Referem-se substancialmente a PIS/COFINS no montante de R\$ (2.055) (R\$ (1.615) em 2017), contingências fiscais no montante de R\$ (256) (R\$ (1.174) em 2017) – Nota 9(b) e impostos sobre operações com resseguro admitido no montante de R\$ (118) (R\$ (516) em 2017).

b) Tributos diferidos

Totalizam R\$ 24.356 (R\$ 18.773 em 31.12.2017) e são originados, substancialmente, pela contingência cível de operações de resseguros no valor de R\$ 21.476 (R\$ 15.248 em 31.12.2017), pela contingência fiscal no valor de R\$ 1.504 (R\$ 2.278 em 31.12.2017) e pelo risco de crédito de operações de seguros no valor de R\$ 1.303 (R\$ 1.244 em 31.12.2017).

A previsão de realização dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal.

	Exercícios de realização					
	2018	2019	2020	2021	2022	Total ⁽¹⁾
Tributos diferidos	254	681	1.945	13.349	8.127	24.356

⁽¹⁾ Ajuste a valor presente de R\$ 21.152, para cálculo foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros, líquida dos efeitos fiscais.

O efeito da majoração temporária de 5% da alíquota de contribuição social sobre o crédito tributário - Nota 3(s), se reconhecido, montaria em R\$ 3.044 (R\$ 2.347 em 31.12.2017).

c) Impostos e contribuições a pagar

Totalizam R\$ 4.584 (R\$ 12.108 em 31.12.2017) e referem, substancialmente, ao Imposto de Renda e Contribuição Social correntes no valor de R\$ 4.291 (R\$ 11.972 em 31.12.2017).

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Ações

O Capital Social está representado por 26.097.860 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Acionistas	30.06.2018	
	Quantidade	(%)
Banco Safra S.A.	26.097.176	99,99
Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	684	0,01
Total	26.097.860	100,00

b) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 0,1% do lucro líquido do exercício, após as destinações legais e estatutárias. Em Reunião de Sócios realizada em 30.05.2018 foi declarado e pago no período os Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$ 1.884.

c) Reservas de lucros

	30.06.2018	31.12.2017
Reservas de lucros	33.522	30.382
Legal	6.887	6.636
Especial ⁽¹⁾	26.635	23.746

⁽¹⁾ Reserva constituída objetivando possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações desses recursos ao capital social, pagamento de dividendos intermediários, manutenção de margem operacional compatível com desenvolvimento das operações da sociedade, e/ou expansão de suas atividades.

12. GESTÃO DE RISCOS

A Safra Seguros Gerais S.A. mantém, através de seu controlador (Banco Safra S.A.), um conjunto de normas e procedimentos para assegurar o adequado gerenciamento dos principais riscos aos quais estamos expostos, além de controles internos que garantem o cumprimento das políticas estabelecidas. O Banco Safra concentra as estruturas responsáveis pela gestão dos riscos de mercado, liquidez e operacional na Diretoria Executiva de Riscos Corporativos e a gestão do risco de crédito na Diretoria de Análise de Crédito, formando a base necessária para atendimento à regulamentação vigente. No site do Banco Safra S.A. (www.safra.com.br) estão disponíveis informações detalhadas relativas às estruturas de gerenciamento de riscos de crédito, mercado e operacional.

A Circular SUSEP nº 521/2015 alterou a Circular SUSEP nº 517/2015, passando a dispor sobre Estrutura de Gestão de Riscos. A Companhia implementou no 2º semestre de 2017 a estrutura de gestão de riscos própria.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito consiste no risco de uma contraparte causar perda financeira ao não liquidar uma obrigação, e decorre principalmente de aplicações financeiras e créditos de operações com seguradoras e resseguradoras.

O Comitê de Gerenciamento de Risco de Crédito concentra a governança do Risco de Crédito de modo a garantir a visão completa do ciclo de crédito. Para assegurar a independência necessária para a sua atuação, este comitê conta com a participação de diretores e superintendentes executivos das áreas relacionadas. De acordo com a natureza do assunto, o Comitê pode remetê-lo ao Conselho de Administração.

O Grupo Safra utiliza modelos internos para medir a capacidade de pagamento de operações com seguradoras e resseguradoras. Para o processo de decisão de crédito, o Safra procura obter o maior volume de informações sobre o cliente e seu negócio, bem como conhecer a sua capacidade legal e de cumprimento das obrigações através de uma avaliação da suficiência de geração de recursos, estrutura de capital e liquidez. Essas informações, atreladas ao enquadramento dos critérios e políticas de crédito, subsidiam a tomada de decisão final. A qualidade do crédito, os níveis de concentração e os indicadores de inadimplência são monitorados continuamente, visando garantir o retorno dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito referente aos ativos financeiros corresponde aos seus valores contábeis brutos. Não há ativos financeiros vencidos ou sujeitos à não recuperabilidade nesta data-base.

As aplicações em títulos e valores mobiliários são classificadas segundo modelo interno de classificação, baseado nos ratings das agências de classificação de risco. O Grupo Safra adota a pior classificação entre as notas das contrapartes dadas pela Moody's, Fitch Ratings e Standard and Poor's, e os classifica em "investment grade" e "non investment grade".

b) Risco de Mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações nos valores de mercado de posições detidas. A política que rege a gestão de risco de mercado - Política de Risco de Mercado - Seguros Gerais/Vida e Previdência - está divulgada aos gestores da Tesouraria e das áreas de controle e suporte, através da Intranet corporativa.

O Safra mantém sua exposição total a riscos de mercado medida pelo Value at Risk (VaR) diário com 99% de confiança, com ajustes para efeitos de não-normalidade. Os cálculos de volatilidades e correlações são feitos pelo método EWMA (Exponentially Weighted Moving Average) para os ativos lineares, taxa de juros, câmbio e ações, com parâmetro de decaimento temporal (λ) igual a 0,94. Adota como política a métrica de VaR inferior a 5% do seu Patrimônio Líquido e a de estresse inferior a 25% do Patrimônio Líquido.

A análise de sensibilidade consiste em uma simulação que não considera o poder de reação da Administração frente aos cenários apresentados, o que certamente mitigaria as perdas que seriam incorridas. Além disso, os impactos apresentados não representam potencial prejuízo contábil, pois a metodologia utilizada não se baseia em práticas contábeis da Companhia.

Como as aplicações estão indexadas em CDI, não foram identificados riscos financeiros sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia em nenhum dos cenários abaixo:

- **Cenário 1:** Aplicação de choques de 1 ponto-base para taxa de juros.
- **Cenário 2:** Aplicação de choques de 25% nas respectivas curvas ou preços.
- **Cenário 3:** Aplicação de choques de 50% nas respectivas curvas ou preços.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na probabilidade da instituição não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O Safra possui estrutura específica para monitoramento e controle dos riscos de liquidez, realizados pela gerência de Liquidez e Fluxo de Caixa, parte integrante da área de Riscos e Investimento. O objetivo geral do gerenciamento deste risco é acompanhar a necessidade de liquidez frente ao vencimento projetado dos compromissos, evitando descasamentos e, ao mesmo tempo, otimizando a rentabilidade dos ativos.

São realizados comitês para a gestão de ativos e passivos, com periodicidade no mínimo semestral tendo como objetivo definir as estratégias de liquidez a serem seguidas em um horizonte de dois anos. O caixa é monitorado diariamente, com reportes aos gestores e diretores responsáveis. As fontes de liquidez são regularmente revisadas pelo Comitê de Ativos e Passivos com o objetivo de manter a diversificação do funding no que diz respeito a segmentos, provedores, produtos e prazos.

As análises são baseadas em estatísticas e projeções sobre o comportamento de pagamentos e recebimentos, a fim de avaliar os impactos no caixa ao longo do tempo em um conjunto de cenários: planejamento ou normalidade, esgotamento de ativos e de passivos (run off), crise geral (stress) e crise geral mais crise específica (hard stress). Os resultados produzidos pela aplicação desses cenários são discutidos nas reuniões do Comitê de Ativos e Passivos (ALCO).

A liquidez da Companhia referente às atividades de seguro está demonstrada na Nota 6(e).

d) Risco de Subscrição

A Companhia possui uma política de subscrição de riscos na qual são descritos todos os procedimentos e regras para a aceitação do risco, elaborada pelo departamento técnico, além de diretrizes para a análise prévia de determinados riscos, bem como os riscos excluídos.

A avaliação dos riscos é feita pela Diretoria Técnica da Companhia e envolve as atividades abaixo descritas:

- I - Acompanhamento e avaliação das condições de Cosseguro e Resseguro;
- II - Subscrição de riscos;
- III - Criação de novos produtos;
- IV - Gestão de resultado de apólices e produtos;
- V - Discussão / definição das políticas de aceitação com o Atuário;

- VI - Acompanhamento de mercado;
- VII - Elaboração das propostas de seguros;
- VIII - Suportes técnicos a clientes, corretores e prepostos.

A Diretoria Técnica, responsável pela avaliação dos riscos de subscrição, é a responsável também pela coordenação do desenvolvimento ou de qualquer alteração nos produtos, incluindo as políticas de aceitação, metodologia de cálculo de prêmios e provisões, além das negociações envolvendo cosseguro e resseguro.

A Companhia adota uma política de repasse de riscos em resseguro e cosseguro, evitando que os sinistros de baixa frequência e valor elevado afetem a estabilidade do resultado de suas operações. As mudanças nas frequências de sinistro e severidades, que afetam diretamente o risco assumido, são controladas por meio de acompanhamento periódico da área atuarial da Companhia, e seu resultado é refletido, se necessário, nos prêmios cobrados, na aceitação do risco e nas provisões técnicas.

Com relação à política de repasse de riscos em resseguro, a Companhia opera majoritariamente com o IRB Brasil Resseguros S.A., maior resseguradora local e com alto rating na avaliação de risco do segmento de seguros. Objetivando proteções mais adequadas para suas carteiras e de acordo com o perfil de risco dos seus produtos, a Companhia combinou proteções de resseguro em excedente de responsabilidade, quota-parte e excesso de danos.

Os principais ramos operados pela Companhia são: compreensivo empresarial, residencial, responsabilidade civil diretores e administradores (D&O), DPVAT e Garantia Segurado. As taxas de carregamento praticadas atendem os percentuais estabelecidos em Nota Técnica Atuarial.

I – Análise de sensibilidade de risco de seguro

A análise de sensibilidade é efetuada sobre as mesmas bases do TAP e tem como objetivo mostrar como o resultado e o patrimônio líquido teriam sido afetados caso tivessem ocorrido as alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes à data do balanço.

Premissas atuariais ⁽¹⁾ ⁽²⁾ ⁽³⁾	Impacto no resultado e patrimônio líquido em 30.06.2018		
	Bruta de Resseguros	Resseguros	Líquida de Resseguros
Aumento de 5% na sinistralidade	(640)	148	(492)
Aumento de 5% em provisão para despesas relacionadas	(24)	8	(16)
Redução de 5% na sinistralidade	640	(148)	492
Redução de 5% em provisão para despesas relacionadas	24	(8)	16

⁽¹⁾ Os montantes apresentados referem-se aos impactos no período para o patrimônio líquido e resultado, líquido de impostos.

⁽²⁾ Não inclui DPVAT. ⁽³⁾ A variação da inflação está contida nos valores de sinistros (PSL e IBNR).

II – Distribuição de prêmios emitidos bruto por região geográfica

Ramo de atuação	2018						2017
	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Total	Total
Compreensivo	10.672	3.406	1.653	1.450	303	17.484	17.052
Outros riscos ⁽¹⁾	3.632	2.159	1.916	837	222	8.766	12.276
Total em 2018 ⁽²⁾	14.304	5.565	3.569	2.287	525	26.250	29.328
Total em 2017 ⁽²⁾	17.515	4.611	4.492	2.141	569	29.328	

⁽¹⁾ Referem-se a automóvel, responsabilidades e transportes. ⁽²⁾ A concentração de riscos não contempla DPVAT, riscos vigentes e não emitidos e retrocessão que perfazem um total de R\$ 11.181 (R\$ 18.092 em 2017).

III – Limites de retenção

Os limites máximos individuais de retenção em 30.06.2018, nos principais ramos de atividade, estão demonstrados abaixo:

Ramo de Seguro	Limite de Retenção
Compreensivo	500
Riscos Diversos	1.500
Responsabilidade Civil - Geral e D&O	500
Garantia - Setores Publico e Privado	1.500

13. EXIGÊNCIA DE CAPITAL

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015, as seguradoras devem apresentar suficiência de capital em relação aos riscos a que está sujeita, mantendo um Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR). O Capital Mínimo Requerido (CMR) corresponde ao maior valor entre o Capital base e o Capital de Risco (CR):

- (a) O Capital base, exigido pela regulamentação para operar em todo o país, corresponde ao montante fixo de R\$ 15.000.
(b) O Capital de Risco é constituído das parcelas dos riscos operacional, de subscrição, de crédito e de mercado, calculados mensalmente com base na Resolução CNSP nº 321/2015. A exigência de alocação para risco de mercado é de 50% para esta data-base e será integral a partir da Data-Base 31.12.2017.

Abaixo o demonstrativo da exigência de capital:

	30.06.2018	31.12.2017
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	70.504	67.264
• Patrimônio Líquido	70.722	67.582
• Ajustes contábeis	(365)	(318)
(-) Participação em sociedades financeiras e não financeiras – nacionais	(169)	(160)
(-) Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	-	(1)
(-) Ativo intangível	(196)	(157)
• Ajustes associados à variação dos valores econômicos - Superávit relativo aos prêmios/contribuições registradas	147	-
Capital Mínimo Requerido (CMR) - Maior entre A e B	15.000	15.000
• Capital base (A)	15.000	15.000
• Capital de risco (B)	13.426	14.094
- de subscrição	8.710	9.505
- de risco de crédito	3.904	4.270
- de risco operacional	600	600
- de risco de mercado	3.871	3.249
- benefício da diversificação	(3.659)	(3.530)
Suficiência de Capital = PLA - CMR	55.504	52.264

Além da suficiência de capital, as supervisionadas devem apresentar liquidez em relação ao Capital de Risco, caracterizada quando a seguradora apresenta montante de ativos garantidores líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20% do Capital de Risco Ajustado (CR Ajustado), obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

Abaixo o demonstrativo da liquidez em relação ao CR Ajustado:

	30.06.2018	31.12.2017
Ativos líquidos em excesso à necessidade de cobertura ⁽²⁾	25.403	22.215
Ativos garantidores das provisões ⁽¹⁾⁽²⁾	82.038	83.551
(-) Provisões a serem garantidas ⁽¹⁾ - Nota 6(e)	(56.635)	(61.336)
Liquidez exigida = 20% sobre CR Ajustado	2.685	3.000
Capital de Risco Ajustado	13.426	15.000
Capital de Risco	13.426	14.094
Suficiência de liquidez em relação ao Capital de Risco	22.718	19.215

⁽¹⁾ Saldo líquido de DPVAT, pois estes ativos garantem exclusivamente as respectivas provisões (Circular SUSEP nº 386/2009) – Nota 6(e).

⁽²⁾ Composto integralmente por ativos líquidos - Nota 6(e).

14. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13.03.2018, foi estabelecida a remuneração máxima total anual para a Administração no montante de R\$ 2.000 (R\$ 2.000 em 2017). A remuneração recebida pela Administração monta a R\$ (650) (R\$ (678) em 2017).

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração.

b) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 05 (R1) – Da Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	30.06.2018	31.12.2017	2018	2017
Disponibilidades ⁽¹⁾	584	1.629	-	-
Obrigações a receber/(pagar) - Dividendos - Nota 11(b)	(6)	(6)	-	-
Débito de Operações com seguros e resseguros / Comissões – SIP Administração e Participação Ltda.	(806)	(1.670)	(3.863)	(17.574)

⁽¹⁾ Refere-se a transações integralmente relacionadas ao Banco Safra S.A. (controlador).

Adicionalmente, a Companhia investe em cotas de fundos de investimento exclusivos, administrados pelas empresas do Grupo Safra, conforme composição contida na Nota 5(a-I).

15. COMITÊ DE AUDITORIA

Conforme previsto na Resolução CNSP nº. 321/2015, o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, compreendendo a Safra Seguros Gerais S.A., está sendo divulgado em conjunto com as demonstrações contábeis da Companhia líder do Conglomerado, o Banco Safra S.A., e encontram-se disponíveis no site do Banco Safra (www.safra.com.br).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da
Safrá Seguros Gerais S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis intermediárias da Safrá Seguros Gerais S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Safrá Seguros Gerais S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis intermediárias e o relatório do auditor

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis intermediárias.

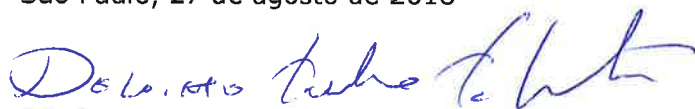
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

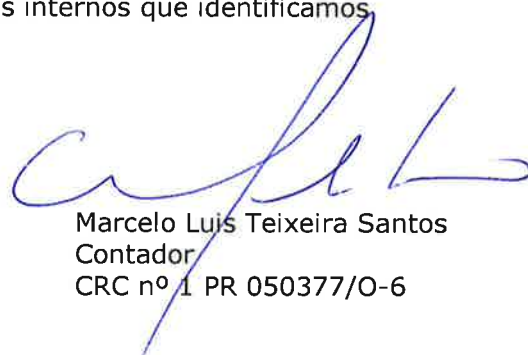
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2018



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador
CRC nº 1 PR 050377/O-6